

Apelação Cível n. 2013.040770-9, de Itajaí
Relator: Des. Jaime Ramos

TRIBUTÁRIO Â- IPTU E OUTROS IMPOSTOS MUNICIPAIS
Â- AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL Â- SERVIÇOS
PÚBLICOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO
DE ESGOTO PRESTADOS PELA CASAN Â- NULIDADE DO
LANÇAMENTO Â- IMUNIDADE TRIBUTÁRIA CONFERIDA
PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 150, VI, "A") Â-
MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA Â- EXTENSÃO DA BENESSE
À SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA CONCESSIONÁRIA DE
SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL Â- PRECEDENTES DO STF E
DESTA CORTE Â- RESSALVA DO RELATOR EM CONTRÁRIO
Â- RECURSO E REMESSA OFICIAL DESPROVIDOS.

"Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária. Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF" (TJSC, AC n. 2006.011707-3, de Criciúma, Rel. Des. Newton Janke).

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n. 2013.040770-9, da Comarca de Itajaí (Vara da F. Púb. E. Fisc. A. do Trab. e Reg. Púb.), em que é apelante Município de Itajaí, e apelada a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento CASAN:

A Quarta Câmara de Direito Público decidiu, por votação unânime, negar provimento ao recurso e à remessa oficial. Custas na forma da lei.

Do julgamento realizado em 10 de outubro de 2013, presidido pelo Exmo. Sr. Desembargador José Volpato de Souza (com voto), participou a Exma. Sra. Desembargadora Sônia Maria Schmitz.

Florianópolis, 10 de outubro de 2013.

Jaime Ramos
RELATOR

RELATÓRIO

Na Comarca de Itajaí, Companhia Catarinense de Águas e Saneamento Â- CASAN ajuizou "ação anulatória c/c repetição de indébito com pedido de antecipação de tutela" contra o Município de Itajaí argumentando que é uma sociedade de economia mista com maciço capital público responsável no Estado pelo desempenho de serviços públicos de natureza essencial, notadamente abastecimento de água e tratamento de esgoto, tendo sido constituída pela Lei Estadual n. 4.547/70 e Decreto n. 30.4.71/58; que desempenha serviço público essencial sem fins econômicos; que não está submetida à norma do art. 173, § 1º, da Constituição Federal porque não é exploradora de atividade econômica, mas de serviço público; que também não se enquadra na hipótese do art. 150, § 3º, da Constituição Federal porque não tem finalidade lucrativa; que o Supremo Tribunal Federal tem entendimento firmado no sentido de que as prestadoras de serviço público estão abrangidas pela imunidade tributária prevista no art. 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal; que deve ser reconhecida a sua imunidade tributária em relação ao Imposto Predial Territorial Urbano; que o município deve ser condenado à devolução das quantias pagas indevidamente pela autora nos últimos 5 anos.

Pleiteou a antecipação dos efeitos da tutela para que o município se abstenha de efetuar novos lançamentos tributários, o que foi deferido. A CASAN interpôs Agravo de Instrumento.

Citado, o Município contestou dizendo que a CASAN não dispõe de monopólio na prestação dos serviços de água e esgoto no Estado; que ela possui finalidade lucrativa; que a concessão de imunidade tributária seria um privilégio em detrimento da livre concorrência.

Impugnados os argumentos da contestação, o MM. Juiz, Dr. Carlos Roberto da Silva, sentenciou:

"*Ex positis*, na forma do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, **JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS**, CONFIRMANDO OS EFEITOS DA TUTELA ANTECIPADA às fls. 107/111, nesta ação ordinária promovida por **Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN** em face do **Município de Itajaí**, para declarar a inexigibilidade do IPTU, anulando os já lançados e, por ventura, que venham a ser lançados em desfavor da requerente. Deve ocorrer também a restituição das parcelas pagas, com os encargos incidentes, dado que observadas as normas dos arts. 165 e 167 do Código Tributário Nacional, a prescrição quinquenal constante do art. 1º do Decreto n. 20.910/32 - excluídas da restituição, portanto, as prestações pagas pela demandante nos períodos anteriores ao ajuizamento da ação, calculados a partir do trânsito em julgado desta decisão, pelos índices de remuneração básica e juros da caderneta de poupança, conforme art. 1º-F da Lei nº 9.494/97.

"Condeneo o requerido ao pagamento das custas processuais – que é isento (alínea "i" do art. 35 da Lei Complementar nº 156/97); assim como dos honorários advocatícios em favor da parte autora, estes fixados em R\$ 1.500,00 (mil e

quinhentos reais), nos moldes do art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil.

"Por estar a presente sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição, nos termos do art. 475, II, do CPC, após a interposição, ou não, de recurso voluntário, ordeno a remessa dos autos ao Egrégio TJSC para o reexame necessário". (fls. 134/141).

Houve embargos de declaração, que foram acolhidos para corrigir um erro material e estender os efeitos da sentença a outros impostos municipais.

Inconformado, o Município apelou alegando preliminarmente a perda do objeto da ação, pois a apelada efetuou o pagamento de referido débito após o conhecimento da contestação e antes da prolação da sentença. No mérito, reafirmou os argumentos apresentados na contestação.

Com as contrarrazões, os autos ascenderam a esta Superior Instância, perante a qual a douta Procuradoria-Geral da Justiça, em parecer do Exmo. Sr. Dr. Francisco José Fabiano, deixou de intervir por considerar ausente o interesse público no feito.

VOTO

Trata-se de recurso de apelação e reexame necessário contra sentença que reconheceu a imunidade tributária da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e condenou o Município de Itajaí à devolução dos valores cobrados indevidamente.

1. O apelante sustenta, preliminarmente, a perda do objeto da ação em virtude do pagamento do IPTU referente ao imóvel sob o cadastro municipal nº 1601.

Todavia, melhor sorte não lhe assiste.

No decorrer da ação, a apelada efetuou o pagamento de um crédito tributário relativo a IPTU que já havia sido lançado. Em virtude de tal pagamento, a apelante sustentou que a ação perdeu o objeto.

Acontece que o fato de a apelada ter quitado um crédito de IPTU já constituído não obsta o prosseguimento da ação porque o mérito da demanda é muito mais amplo (isto é, não afeta um único crédito tributário especificamente), mas o Direito que o Município de Itajaí tem de efetuar a cobrança, em geral, de tributos municipais da Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN.

Analisando os pedidos exordiais, verifica-se que apenas o pedido de antecipação de tutela relaciona-se diretamente com a exigibilidade dos créditos de IPTU já lançados, sendo que o pedido de mérito objetiva provimento declaratório (declaração de inconstitucionalidade da cobrança de impostos municipais, reconhecendo-se a imunidade tributária da CASAN), que abrange, inclusive, lançamentos pretéritos e futuros dos tributos municipais.

Além disso, o Código de Processo Civil é claro ao dizer que "é lícito formular pedido declaratório ainda que já tenha ocorrido lesão ao direito postulado" (art. 4º, parágrafo único do Código de Processo Civil).

Portanto, ainda que na hipótese dos autos a apelada tenha quitado todos os tributos municipais contra ela constituídos, inclusive aqueles lançados no

curso da ação, deve-se prosseguir com o curso da ação tanto porque seu objeto é mais amplo, como porque o Código de Processo Civil prevê expressamente a possibilidade de se postular a declaração de um direito (como na espécie, do direito de não ser cobrado) ainda que tal direito já tenha sido lesionado (ou seja, o pagamento já tiver acontecido).

Daí porque se afasta a preliminar.

Passa-se à análise do mérito.

2. Dispõem o art. 150, inciso VI, letra "a", e seus §§ 2º e 3º, da Constituição Federal de 1988:

"Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

"[...]

"VI - instituir impostos sobre:

"a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

"[...]

"§ 2º. A vedação do inciso VI, a, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

"§ 3º. As vedações do inciso VI, a, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel."

Essas disposições consagram a chamada "imunidade tributária recíproca" que impede a qualquer ente da federação a instituição de impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros, incluindo autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Por sua vez, estabelece o art. 173, §§ 1º, inciso II, e 2º, da mesma Carta Política, no tocante ao regime jurídico das sociedades de economia mista:

"Art. 173. Ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou ao relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

"§ 1º. A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

"[...]

"II A- a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais trabalhistas e tributários.

"[...]

"§ 2º. As empresas públicas e as sociedades de economia mista não

poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado."

Ora, a CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento é uma sociedade de economia mista que presta serviços de fornecimento de água e tratamento de esgoto sanitário, recebendo tarifas dos usuários, de modo que seu regime jurídico é o próprio das empresas privadas, não podendo ser beneficiada por privilégios fiscais, nem mesmo pela imunidade tributária recíproca a que se refere o art. 150, inciso VI, letra "a", da Constituição da República, até mesmo em face da proibição contida respectivo § 3º.

Não obstante, chamado a pronunciar-se algumas vezes, o Supremo Tribunal Federal tem garantido às Companhias de Águas e Saneamento o direito constitucional à imunidade tributária recíproca no que concerne à prestação obrigatória e exclusiva do Estado, dos serviços de água e saneamento, como sintetizou a Ministra Ellen Gracie na Questão de Ordem em Ação Cautelar n. 1.851/RO, de que foi Relatora:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES DA TUTELA. AÇÃO CAUTELAR SUBMETIDA A REFEREDO. TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE RECÍPROCA. ART. 150, VI, a, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

"1. Plausibilidade jurídica do pedido (*fumus boni juris*) diante do entendimento firmado por este Tribunal quando do julgamento do RE 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ 06.8.2004, no sentido de que as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.

"2. Exigibilidade imediata do tributo questionado no feito originário, a caracterizar o risco de dano irreparável ou de difícil reparação (*periculum in mora*).

"3. Decisão cautelar referendada" (STF - AC 1851/RO, Rel(a). Min(a). Ellen Gracie, j. em 17/06/2008).

Esta Corte de Justiça vem acompanhando esse entendimento para considerar abrangidos pela imunidade tributária recíproca os bens da Companhia e os serviços públicos concedidos, de fornecimento de água e saneamento, prestados pela CASAN:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ANULATÓRIA CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO AFORADA POR SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA CONTRA MUNICÍPIO VERSANDO SOBRE DÉBITOS DE IPTU. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO (ART. 150, VI, 'A' DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA). EXTENSIVIDADE ÀS PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO. DECISÃO REFORMADA. AGRAVO PROVIDO.

"A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que *as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca*

prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal". (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)" (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2010.051171-7, de Tangará, Rel. Des. João Henrique Blasi, julgado em 22/03/2011).

"IPTU. CASAN. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. RECURSO PROVIDO PARA SUSPENDER A EXIGIBILIDADE DOS CRÉDITOS. PRECEDENTES.

"Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária.

"Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF" (Apelação Cível n. 2006.011707-3, de Criciúma, rel. Des. Subst. Newton Janke, j. em 31-5-2007) (AC nº 2007.0553131-1, Des. Vanderlei Romer)'. (AI n. 2008.081411-1, de Lages, rel. Des. Newton Trisotto, Primeira Câmara de Direito Público, j. 25-8-2009)". (TJSC, AI n. 2010.012495-4, de Barra Velha, Rel. Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, julgado em 23/11/2010).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO Â- AÇÃO ANULATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Â- INÉPCIA DA INICIAL POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR REJEITADA Â- IPTU Â- COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO (CASAN) Â- SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA QUE PRESTA SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL A- RECONHECIMENTO DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA PRETENDIDA Â- DEPÓSITO DO VALOR CORRESPONDENTE AO MONTANTE DISCUTIDO Â- TUTELA ANTECIPADA CONCEDIDA PARA OBSTAR O LANÇAMENTO DO TRIBUTO E SUSPENDER A EXIGIBILIDADE DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO, ANTE O PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 273 DO CPC Â- ANÁLISE APENAS DE ACERTO OU DESACERTO DO ATO JUDICIAL HOSTILIZADO Â- DECISÃO MANTIDA Â- RECURSO DESPROVIDO". (TJSC, AI n. 2009.027105-3, de Joinville, Rel. Des. José Volpato de Souza, julgado em 17/12/2009).

Extrai-se do corpo do acórdão do último julgado citado:

"[...] A imunidade tributária em questão é tratada pela Constituição Federal no art. 150, VI, "a", ao estabelecer que é vedado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros. É a chamada imunidade recíproca.

"Em regra, a imunidade abrange somente a administração direta, autarquias e fundações. Excepcionalmente, entretanto, permite-se que empresas públicas e sociedades de economia mista sejam beneficiadas. Isso ocorre quando o ente a ser beneficiado realiza prestação de serviço preponderantemente público, substituindo o estado na execução de tarefas de necessidade e interesses dos administrados.

"Extrai-se das lições de Leandro Paulsen:

"As empresas públicas e sociedades de economia mista estão excluídas da imunidade, não sendo beneficiadas, salvo quando prestadoras de serviço público em regime de monopólio (...). '... quando o Estado age como empresa na iniciativa

privada, com suas empresas públicas e sociedades de economia mista, sujeita-se (...) às regras das empresas privadas, não gozando de privilégios fiscais não extensíveis a estas. (...) Ocorre que há de se levar também em consideração que, mesmo agindo como empresa privada no setor privado, logo, fora dos monopólios estatais, em algumas situações e circunstâncias, essas 'estatais' poderão agir com estatalidade, passando, neste momento, a auferir o tão desejado benefício imunizatório.

"[...].

"Note-se que a imunidade recíproca, antes deferida apenas à União, aos Estados, ao Distrito federal e aos municípios, extensível originariamente às autarquias e fundações públicas, agora passou a ser considerada também para as empresas públicas e sociedade de economia mista que desenvolvam atividade com certa estatalidade.' A imunidade estende-se 'às empresas públicas ou sociedades de economia mista que atuem no âmbito privado, seja em razão de monopólio estatal, seja em razão da prestação de serviço público essencial, caracterizado pela estatalidade.' (Direito Tributário: Constituição e Código Tributário à luz da doutrina e da jurisprudência. 11ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009, p. 244 e 264).

"No caso em espécie, denota-se que a Casan é uma sociedade de economia mista instituída pela Lei n. 4.547, de 31 de dezembro de 1970, cujo objetivo principal é a prestação de serviço público de fornecimento de água e tratamento de esgoto.

"Em que pese ser uma sociedade de economia mista, a doutrina e a jurisprudência tem se inclinado no sentido de conferir a esta entidade pública a imunidade prevista na Constituição, ao argumento de que ela substitui o Estado na prestação de um serviço essencial.

"Sobre o tema, Roque Antônio Carrazza leciona:

"As sociedades mistas e as empresas públicas, enquanto delegatárias de serviços públicos ou de atos de polícia, são instrumentos do estado e, neste sentido, são entidades tão públicas quanto ele. Desempenham atividades que as empresas privadas jamais assumiriam, a não ser que contratadas pelo próprio estado, sob a forma de concessão ou de permissão.

"Podemos, pois, dizer que, neste caso, as sociedades de economia mista e as empresas públicas, pelas atribuições delegadas de poder público que exercitam, são, tão-só quanto à forma, pessoas de direito privado. Quanto ao fundo são instrumentos do estado, para a prestação de serviços públicos ou a prática de atos de polícia. Acabam fazendo as vezes das autarquias, embora - damo-nos pressa em proclamar - com elas não se confundam

"[...].

"Neste sentido, enquanto atuam como se pessoas políticas fossem, as empresas públicas e as sociedades de economia mista não podem ter embaraçada ou anulada sua ação pública por meio de impostos. Esta é a consequência de uma interpretação sistemática do art. 150, VI, 'a', da CF.

"Não se deve distinguir a empresa estatal e a pessoa política que instituiu, mas, simplesmente, se a hipótese de incidência (fato gerador in abstracto) do imposto provém da prestação de serviços públicos ou do exercício do poder de

polícia, isto é, de atividades de competência governamental. Em caso afirmativo, são, s.m.j., alcançadas pelos benefícios do art. 150, VI, 'a', da CF

"[...].

"Em suma, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, quando prepostas à atividade administrativa (lato sensu), isto é, enquanto desempenham funções estatais, não podem ser sujeitos passivos de impostos (federais, estaduais ou municipais) (*Curso de Direito Constitucional Tributário*. 19ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 654/656).

"[...]

"Esta Corte, por sua vez, também tem julgado no mesmo sentido:

"Tributário. Imposto sobre serviço - ISS. Casan. Imunidade recíproca. Art. 150, VI, "a", Constituição Federal. Honorários. Valoração equitativa do magistrado.

"A sociedade de economia mista, ao substituir o Estado, enquanto prestadora de serviços eminentemente públicos, está imune à impostos, ainda que do serviço haja contraprestação pelo usuário. Ademais, não há interesse público na tributação dos serviços prestados pela Casan. É que "O desincentivo que a tributação acarretaria ao setor teria como consequência de longo prazo aumento nas despesas no atendimento da população atingida pela falta de acesso a saneamento básico e água tratada" (Mensagem de Veto n. 362/2003, da Presidência da República) (ACI n. 2008.081293-5, da Capital, Rel. Des. Pedro Manoel Abreu, j. em 10-2-2009) (grifei).

"TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) - SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO - IMUNIDADE - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE JULGADA IMPROCEDENTE - AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO PROVIDO

"[...]

"2. 'Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária.

"Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF' (Apelação Cível n. 2006.011707-3, de Criciúma, rel. Des. Subst. Newton Janke, j. em 31-5-2007)" (AC nº 2007.055313-1, Des. Vanderlei Römer). (AI n. 2008.081411-1, de Lages, Rel. Des. Newton Trisotto, j. em 25-8-2009) (grifei).

"TRIBUTÁRIO. CASAN. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS (ISS). IMUNIDADE CONSTITUCIONAL.

"Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária.

"Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF (AC. n. 2006.011707-3, de Criciúma, Rel. Des. Newton Janke, j. em 31-5-2007) (grifei).

"Dessa forma, por exercer serviço público essencial e de

responsabilidade do Estado, deve-se conferir à Casan a imunidade assegurada no art. 150, VI, "a", da Constituição Federal, razão pela qual o débito discutido no executivo fiscal em apenso é inexigível, devendo ser mantida a sentença singular que acolheu a pretensão da apelada e julgou extinto o feito.

"[...] (TJSC Á- AC n. 2009.024865-2, Rel. Des. José Volpato de Souza, j. em 20/10/2011).

Assim, em que pese a orientação contrária deste Relator, já que, além de a CASAN não ser autarquia nem fundação instituída ou mantida pelo Poder Público, pois é uma sociedade de economia mista, cobra tarifas pelos serviços que presta, tornou-se pacífico o entendimento de que tal concessionária dos serviços públicos de fornecimento de água e saneamento goza de imunidade tributária referente ao Imposto Predial Territorial Urbano e outros impostos municipais, pois presta serviços preponderantemente públicos, substituindo o Estado na execução de tarefas de necessidade e interesses dos administrados.

3. Quanto ao direito de repetição de indébito, é correta a afirmação de que é indispensável a prova da quitação do débito a ser restituído, contudo, o próprio ente municipal reconheceu o pagamento de parte da dívida, conforme ele mesmo demonstrou por meio do extrato de lançamento juntado aos autos (fl. 121).

Assim, correta a sentença que determinou a repetição do indébito dos valores comprovadamente pagos.

4. Com relação aos encargos incidentes incidentes sobre as parcelas a restituir, correta a forma estabelecida pelo sentenciante, razão pela qual deverá ser mantida.

5. No que tange ao pagamento de custas e honorários advocatícios, também não merece reforma a sentença que isentou o município de suportar os encargos processuais e o condenou ao pagamento dos honorários nos moldes do art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil.

5. Como se apanha de toda a fundamentação deste acórdão, as decisões tomadas nos autos não maltratam, de forma alguma, qualquer norma constitucional ou infraconstitucional, como, por exemplo, o art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil, os arts. 5º, inc. II, XXXVI, LV, 150, inc. VI, alínea "a", §§ 2º e 3º, 173, § 2º da Constituição Federal, 9º, § 1º, 165, inc. I, 167 do Código Tributário Nacional, 3º, 333, inc. I e II do Código de Processo Civil, 8º, inc. II, alínea "b" da Lei Complementar Municipal nº 29/2003, com alteração dada pela Lei Complementar nº 177/2010.

Pelo exposto, nega-se provimento ao recurso de apelação e à remessa oficial.